

# De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado

Renata Gonçalves\*

*A todas as Zuzus e Déboras  
que não puderam embalar seus filhos.  
às Mães de Maio  
que passaram da dor do luto à luta contra a barbárie capitalista.*

## **Resumo:**

Neste artigo faz-se uma análise comparativa entre as Madres de la Plaza de Mayo, da Argentina, e as Mães de Maio, no Brasil de hoje. As primeiras surgiram sob a última ditadura militar argentina, quando silenciosamente se reuniam na Praça de Maio para exigir respostas sobre o desaparecimento de seus filhos militantes políticos e de seus netos arrancados barbaramente pelos mesmos torturadores. As segundas apareceram na cena política logo depois dos crimes de maio de 2006, período de democracia liberal consolidada e exaltada por muitos, quando a polícia do estado de São Paulo promoveu a chacina de seus mais de 400 filhos. Como as primeiras, estas também são consideradas loucas por exigirem respostas do Estado brasileiro sobre o assassinato de seus entes.

**Palavras-chave:** Madres de la Plaza de Mayo. Mães de Maio. Violência de Estado. Consciência Política.

## Of old and new crazy women: The Madres and Mothers of May against State violence

### **Abstract:**

In this article we develop a comparative analysis of the Mothers of May Square of Argentina and the Mothers of May in contemporary Brazil. The former arose during the last Argentine military dictatorship, meeting silently in May Square to demand information on the disappearance of their political activist children, as well as their grandchildren, who in some cases had been brutally stolen by the torturers. The latter appears on the political stage soon after the crimes of May 2006, period consolidated liberal democracy and exalted by many people, when the state of São Paulo police commits the massacre of more than 400 people. As in the first case, these women are also considered crazy for demanding information from the Brazilian state about the murders of their children.

**Keywords:** Mothers of May Square. Mothers of May. State violence.

---

\*Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista. Co-coordenadora, na mesma Universidade, do Núcleo de Estudos Heleith Saffioti: gênero, sexualidades e movimentos sociais. End. eletrônico: rengon@terra.com.br

Agradeço a Lúcio Flavio de Almeida pela leitura arguta e sugestões substanciais.

## As antigas loucas: Las Madres de Plaza de Mayo

Uma história que, sob diversos aspectos, parece se repetir. Era uma vez um país, uma cidade, uma praça, algumas mães... Las Madres de Plaza de Mayo! Em pleno coração da capital portenha sob a violenta ditadura que marcou a Argentina, seguravam cartazes com as fotos de seus filhos desaparecidos. Silenciosas, com lenços brancos na cabeça, rondavam a Praça de Maio. Incansáveis, caminharam por dias, meses, anos. Como na canção do poeta, pediam o impossível: só queriam embalar seus filhos. Foram chamadas de loucas. Em silêncio, criaram um fato político, escancararam as entranhas da repressão, desafiaram o aparato militar e suas dores ecoaram pelo mundo. Como observou Oliveira, “à luz do dia, sob as janelas do ditador, sob chuva, sob sol, no silêncio entrecortado de gritos, faziam ouvir como que a alucinação de uma litania, que ecoou no país, na América Latina e além-mar” (1992: 134). Era impossível ignorá-las, estavam lá, sempre em silêncio, mas estavam lá.

À ditadura não restava sombra de dúvidas de que eram loucas. Os políticos profissionais, mesmo os de oposição, também as acusavam de loucas e “criticavam sua intransigência, sua recusa de qualquer pacto, acordo ou negociação”. A conivente Igreja argentina as tratava como loucas, pois “já era tempo de esquecer os mortos para cuidar dos vivos” (Oliveira, 1992: 134). Elas não iriam esquecer, seguiriam com suas bandeiras. Eram loucas. Eram mães desesperadas por notícias de seus entes desaparecidos.

Em 30 de abril de 1977 começaram a se reunir na praça mais conhecida de Buenos Aires, a mesma praça onde fica a Casa Rosada, o palácio presidencial argentino. Bem em frente à janela do ditador, ocuparam a praça pública, o local das grandes manifestações políticas. A vida da *Res Pública* era totalmente estranha àquelas donas-de-casa que, como tantas outras mulheres ao longo da história, viviam nos espaço doméstico, privadas da esfera das decisões políticas. Nada ou pouco sabiam sobre política, mas estavam determinadas a entregar uma carta ao General Jorge Videla, queriam saber o que se passava com os, como acreditavam até então, filhos detidos. Os primeiros encontros das Madres de Plaza de Mayo foram marcados por esta esperança de que os filhos estivessem vivos: “vimos testemunhar nossa dor, tiraram nossos filhos, pedimos ao governo que nos digam onde estão, o que lhes passou” (Bousquet, 1983: 48).

Os militares não as atenderam. Começaram a ser perseguidas, mas não se intimidaram com a pressão e o terror de Estado. Continuaram marchando e empunhando cartazes com as fotos dos filhos desaparecidos. Novamente não foram atendidas, mais uma vez não se intimidaram, se politizaram. Saíram da esfera doméstica e adentraram definitivamente à cena política. O grupo foi crescendo. Passaram rapidamente de 14 para 200 mulheres (Ponzio, 2010: 3).

Eram loucas porque queriam respostas. Continuaram marchando em busca de sinais sobre o paradeiro de seus filhos. Seguiram como loucas. Transmutaram a fronteira que define onde é o lugar de homem e o lugar de mulher. Transgrediram um espaço de poder. As pressões continuaram, mas o desaparecimento de seus filhos oferecia a possibilidade de abandonar a condição de testemunhas, “para construir um relato não das torturas do Estado militar, mas das artimanhas empreendidas contra a voz reclamante parida e tonificada pelos corpos insepultos” (Ponzio, 2010: 3). No coração da cidade, sem o conhecimento político que seus filhos tinham, se tornaram silenciosamente testemunhas dos abusos ditatoriais que, parafraseando Marx em *As lutas de classes na França*, ocultavam a tirania do capital: “Ao destronar a coroa, atrás da qual o capital se mantinha escondido, a república de fevereiro fez com que, finalmente a dominação da burguesia se manifestasse na sua pureza” (2008: 74)

O regime ditatorial impedia o agrupamento de mais de três pessoas, portanto, elas não podiam se reunir. Na praça, policiais temerosos de subversão, as obrigavam a andar em círculo. Num movimento de rebeldia, giravam no sentido contrário aos ponteiros do relógio, “rebelando-se contra cada minuto sem seus filhos. Marchavam todas as quintas-feiras, sob o nariz do governo ditatorial mais terrível. A praça era o território das Madres” (Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, 2007)

Chamaram a atenção de jornalistas, a quem o governo continuava a responder que aquelas eram mulheres transtornadas, mães loucas que procuravam pessoas que não estavam em lugar algum. Como os militares, “grande parte da sociedade preferia dar o episódio por encerrado. A censura bloqueava orelhas, cérebros e corações. As mães loucas eram as únicas que pareciam cordas, tecendo e circulando ao revés do relógio” (Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, 2007). Em busca de resposta, reconstruíram os fatos, construíram seus relatos, refizeram a história não oficial. Falaram aos sentimentos e à consciência do país. Como escreveu Oliveira, elas não “reconhecem as razões de Estado sequer para condená-las, mas antes as ignoram, como ignoram o fato irremovível que é o filho morto. O irrealismo, que lhes valeu o título de loucas, é a fidelidade a um outro sentido de realidade, que lhes vale o título de Mães da Praça de Maio” (1992: 136).

Em outubro de 1977, resolveram se juntar a uma peregrinação a Luján que concentraria mais de um milhão de jovens. Porém, como encontrar-se e reconhecer-se na multidão? Usando lenços na cabeça. Mas quais e de que cor? Uma das Madres se lembrou das fraldas brancas que acalentaram seus filhos (Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, 2007). Esta marca, desde então, sempre a acompanharia. O movimento ganhou força e visibilidade. Para o Estado ditatorial, as práticas das Madres, com quebra do isolamento, reuniões e buscas pelos

desaparecidos constituíam um crime. Em dezembro do mesmo ano, começaram os sequestros e desaparecimentos de Madres e de seus parentes e amigos. Uma das primeiras protagonistas do movimento, a Azucena, mulher com nome de flor, desapareceria para nunca mais voltar.

O terror daqueles tempos superou todo o imaginável. Desapareciam quem buscava aos desaparecidos. Porém, os militares haviam sido seletivos: sequestraram a quem todas consideravam ‘as três melhores mães’. Sem Azucena, teriam de escolher: seguir, esconder-se ou voltar para casa. Para as mães não havia muitas dúvidas: agora não apenas teriam de procurar por seus filhos, mas também por suas amigas e companheiras. Optaram por passar por cima da paralisia e do terror para seguirem sua marcha (Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, 2007).

A organização das Madres possibilitava que nenhuma delas se isolasse na luta. Sob o lema “todos os desaparecidos são nossos filhos”, levaram adiante a ideia da mulher com nome de flor e socializaram a maternidade, o que, ao mesmo tempo potencializou o movimento e deu grandeza a cada minuto de resistência. Cada mãe a quem fora arrancado um filho, agora se sentia grávida para sempre e desta gravidez permanente saía a força para seguir adiante (Martin, 1988).

Ao mesmo tempo em que permaneciam grávidas, numa relação às avessas, foram politicamente paridas por seus filhos. Transformaram a dor em ação. Começaram a falar das mesmas ideias e sonhos por que lutaram seus filhos. Construíram a Marcha da resistência a partir de dezembro de 1981 e sofreram mais intimidações. A este respeito Gorini observa que “não foi fácil para estas mulheres, algumas já de idade avançada, levar adiante a iniciativa. A caminhada foi por si própria cansativa, mas, além disso, se tornou mais desgastante ainda pela pressão da polícia, pelo clima hostil (Gorini, 2006: 481).

O fim da ditadura trouxe outras tensões ao movimento, especialmente no que se refere à maternidade socializada. A volta à democracia burguesa trazia a possibilidade de uma política de exumação dos cadáveres. Mas esta exumação seguia uma identificação solitária. A maioria das Madres discordava do desenterro de milhares de restos humanos porque este representava “o retorno da busca individual, a incansável luta de cada uma à procura dos ossos de cada filho, além do conseqüente enfraquecimento do movimento, configurado por seu poder de resistência e enfrentamento ao poder opressor” (Ponzio, 2010: 5). Além disso, esta maioria não aceitava a indenização oferecida às famílias das vítimas que declarassem seus filhos mortos, o que significava para o grupo a negação da existência dos desaparecidos.

Sem alterar esta lei, o presidente Alfonsín propõe em 1985, uma reparação econômica às famílias dos desaparecidos e também a exumação dos cadáveres enterrados como não identificados. A parte majoritária das Madres rejeita estas

medidas. Um grupo descontente com esta posição se retira e funda a Associação Madres de Plaza de Mayo. A maioria permanece como Madres de Plaza de Mayo e não aceita a reparação, pois “só a verdade e a justiça podem reparar o terrorismo de Estado”. Em meio a choros e desesperos, este grupo toma a decisão de rejeitar a exumação dos corpos. Como enfatizou uma das representantes das Madres, “aceitar esta morte sem que nos digam quem os matou, era assassiná-los de novo” (Madres de Plaza de Mayo, 1995: 71).

Nos anos que se seguiram, se politizaram ainda mais, adotaram posições políticas e falaram enquanto mães sobre o destino da sociedade. Denunciaram a anistia total acordada aos militares, assim como a emergência de “novos desaparecidos”, vítimas de uma política amoral e injusta (Dangy, 2006). O movimento Madres de Plaza de Mayo permanece uma referência dentro e fora da Argentina nos dias atuais.

### **As novas loucas: as Mães de Maio na “guerra urbana”**

*De todos os hinos entoados em louvor às revoluções nos campos de batalhas,  
nenhum, por mais belo que seja, tem a força das canções de ninar  
cantada no colo das mães.  
Sérgio Vaz<sup>1</sup>*

Uma história que parece se repetir. Era uma vez um país, uma cidade, uma periferia, algumas mães... As Mães de Maio! Já não estamos mais em solo portenho, tampouco se vive numa ditadura militar. Mas a história parece se repetir. Começou em maio de 2006. Era o final de semana que anunciava o dia das mães.

Na noite de 12 de maio de 2006 teve início uma série de ataques a agentes e prédios públicos (especialmente postos policiais), ao mesmo tempo em que começavam rebeliões nos presídios de várias cidades paulistas. Os sincronizados ataques e simultâneas rebeliões foram atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Postos militares depredados, policiais assassinados, ônibus incendiados. Estas ações desencadearam uma resposta das forças policiais do estado de São Paulo. Instalou-se naqueles dias uma espécie de “guerra urbana”. O pânico tomou conta da metrópole paulistana e de muitas outras cidades de pequeno e médio portes, que viram suas rotinas abaladas. Lojas e agências bancárias foram fechadas no meio da tarde, alunos dispensados das aulas, transportes urbanos pararam de circular, funcionários públicos trabalharam meio período e a forte sensação de

---

<sup>1</sup>Epígrafe do livro *Mães de Maio: do luto à luta* (2011).

insegurança aumentava. Em depoimento do documentário do canal de televisão *Discovery*, Roberto Porto, Promotor de Justiça do Ministério Público, relatou que “a sociedade deixou, ainda que por algumas horas, de confiar no poder público, de ter a certeza de que o poder público daria conta daquela situação. Isto é muito grave”<sup>2</sup>.

Uma polícia firme e forte deveria sair às ruas e demonstrar que a “população” não estava indefesa. O mesmo documentário, reproduz as palavras proferidas pelo governador Claudio Lembo que, sempre recorrendo a esta generalização cativante – a “população” –, na tarde de 13 de maio, assegura: “A população de São Paulo pode ficar absolutamente tranquila, confiante na sua polícia civil e na sua polícia militar”<sup>3</sup>. Uma força tarefa policial foi acionada. Resultado: 493 pessoas foram mortas em pouco mais de uma semana. Em total disparate com os próprios números do aparato policial, 6% tinham antecedentes criminais, mas 122 casos possuem características de execução sumária pela polícia. Estes dados são da ONG Justiça Global e da Internacional Human Rights Clinic (IHRC), da Faculdade de Direito de Harvard, que em 2011, divulgaram as conclusões do estudo dos crimes ocorridos em maio de 2006. Sob o título *São Paulo sob ataque*<sup>4</sup>, o denso relatório apresenta as análises sobre a onda de violência policial subsequente aos ataques atribuídos ao PCC e revela o que considera falhas do Estado nas investigações. A equipe, que contou com o apoio de várias organizações, realizou entrevistas com autoridades e testemunhas, falou com familiares, analisou dados oficiais, peças de inquéritos e autos policiais; visitou centros de detenção. Logo nas primeiras páginas do documento, enfatizam a hesitação e lacunas do Estado nas investigações dos crimes em que seus agentes eram suspeitos; e também salientam que esta mesma Instituição, por outro lado, geralmente não teve problemas para esclarecer a autoria dos crimes e delitos em que seus agentes foram vítimas. Para o grupo de pesquisadores, esta instituição:

---

<sup>2</sup>Documentário *São Paulo sob ataque* (2009).

<sup>3</sup>Idem. O governador, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, em 31 de dezembro de 2006, deixa claro quem era (é) a “população” a ser protegida: “As que têm mais capacidade de coerção, levam mais. Ou tentam. Na crise do PCC, figuras da minoria branca queriam a lei de talião. Queriam que se matassem todos, para preservar a eles, da minoria branca”.

<sup>4</sup>O relatório tem o cuidado de recorrer ao dicionário Mini-Aurélio, versão de 2008, para informar o(a) leitor(a) sobre o significado do verbo Achacar: “**achacar**, *v.t.d.* 1. Maltratar, molestar. 2. Extorquir dinheiro de.” (Justiça Global e IHRC, 2011: 2). Os autores também observam que optaram pelo termo “Achaque” para se contrapor ao alardeado documentário “São Paulo sob ataque” que apresentava os Crimes de maio como uma simples “guerra” com dois lados: o dos bons (os policiais) e o dos maus (a facção criminosa).

- Falhou ao permitir uma corrupção que fortaleceu uma facção criminosa;
- Falhou ao gerir seu sistema prisional realizando acordos com facções criminosas;
- Falhou ao não proteger seus agentes públicos;
- Falhou ao optar por um revide como resposta;
- Falhou ao acobertar os Crimes de Maio ou investigá-los de forma corporativista; e
- Falhou ao apostar novamente na expansão do sistema prisional como solução (Justiça Global e IHRC, 2011: 3).

Tais falhas mencionadas revelaram ao mundo o que as Mães de Maio já começavam a perceber: a violência do Estado contra a população pobre, jovem e negra do país<sup>5</sup>. No entanto, os dados não conseguem expressar o que elas sentem, o que elas se tornaram desde aquele mês de maio de 2006 quando seus filhos foram brutalmente assassinados.

E quem são as mulheres que compõem o Coletivo Mães de Maio? Como se tornaram um movimento? Naqueles dias, entre 12 e 20 de maio, em que várias cidades paulistas foram palco de cenas de violência, a maioria dos meios de comunicação noticiava o confronto entre policiais e “ataques do PCC”. Muitas pessoas viam e ouviam os programas de rádio e televisão para saberem por onde circular, quais caminhos evitar. Foi por estes meios de comunicação, que parte dos familiares soube da morte de seus entes. Débora Maria, fundadora do Mães de Maio, relembra: “Liguei o rádio, quando o repórter anunciou: ‘houve uma matança em nossa região com 16 pessoas mortas’”. Ouviu o nome do filho entre as vítimas.

Enlouqueci. Parecia que o mundo tinha desabado em cima de mim. Não acreditava, mas logo veio a confirmação. Sofri muito, mas muito mesmo. Imagine uma mãe receber a notícia da morte de seu filho pelo rádio! Passei alguns dias sem comer, sem dormir, tentava uma explicação: por que fizeram isso? Aconteceu. Era um trabalhador. Durante 40 dias eu vegetei, acabei me hospitalizando, mais ou menos por 10 dias (Mães de Maio, 2011: 25).

---

<sup>5</sup>O Mapa da violência de 2011 revela que, no Brasil, apesar das diferenças entre as Unidades Federadas, a tendência geral desde 2002 é de aumento no número absoluto de homicídios na população negra em geral. Com relação aos jovens entre 15 e 25 anos, os dados aumentam mais ainda: em 2002 morriam proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos; em 2008 o índice atinge 127,6% (Waiselfisz, 2011: 60).

Como as Madres de Plaza de Mayo, tiveram a alma ferida, as entranhas arrancadas, o sonho decepado. Loucas, também saíram à procura de respostas. Menos letradas que as homônimas argentinas, não sabiam por onde começar a busca. Para a maioria<sup>6</sup>, não se tratava de encontrar o corpo, mas de apontar as causas e o nome do assassino que tombou o corpo. Cada mãe, cada familiar, sentia uma dor solitária e procurava respostas no isolamento causado, sobretudo, pelo desconforto da suspeita de que seus filhos fizessem parte de uma facção criminosa.

Enquanto os filhos desaparecidos das Madres argentinas eram lembrados como jovens que foram assassinados porque lutavam por um ideal de transformar a sociedade, os jovens assassinados em maio de 2006 nas periferias paulistas apareciam todos nos grandes meios de comunicação como criminosos. Além disso, diferentemente dos filhos das Madres de Plaza de Mayo, os jovens daqui não defendiam causa política alguma, não estavam inseridos em ajudas humanitárias. Eram, como os muitos jovens ainda o são, moradores das insalubres periferias e que, como tais, parecem criminalizados pelo simples fato de existirem. No plano discursivo hegemônico, estes jovens sobreviventes mal conseguem permanecer no universo da chamada “população”, pois volta e meia são constituídos como ameaça à população da qual, em princípio, fazem parte.

No país vizinho, as Madres se depararam com o silêncio das pessoas que temiam represálias dos militares. Os crimes de 2006 encontraram no Brasil uma democracia burguesa que garante a livre expressão, especialmente da grande imprensa, que apresentou aqueles dias de maio como uma guerra em que de um lado estavam os “bravos policiais” que matavam os que se encontravam do outro lado: os “malvados bandidos do PCC”.

Aqueles jovens pobres não gozavam da simpatia dos vários setores da sociedade brasileira, em geral, e menos ainda da paulista que agora via escancarada nos jornais a real entrada da periferia em suas vidas. Eles não causavam tanto incômodo enquanto estavam amontoados onde era possível não vê-los nem presenciar suas mortes. Agora estavam saindo de seu confinamento e agindo nas áreas de circulação, sobretudo, da classe média. A polícia tinha a permissão para agir sob a irredutível legitimidade de matar pessoas suspeitas de fazerem parte de uma facção criminosa. Como observou Fernandes, “sob o argumento de garantir a manutenção da segurança pública e devolver a ‘tranquilidade’ requerida por toda a população, a Polícia Militar do Estado de São Paulo colocou nas ruas todo o seu efetivo de viaturas” (2011b: 5).

---

<sup>6</sup>Embora em menor número, naqueles dias de maio muitas pessoas desapareceram. A este respeito, consultar o minucioso estudo de Francielene Gomes Fernandes (2011a).

Enquanto a tranquilidade voltava nos centros econômicos e culturais das cidades, a guerra se instalava nas periferias. Os dias de maio de 2006 corroboraram com as observações de Acquaviva e Isoldi: os jovens da periferia parecem mesmo “que são homens destinados a morrer, com vidas nuas, sem valor” (2002: 84). Escondidos nas periferias dos grandes centros, no atual estágio de transnacionalização do capitalismo, estes jovens se tornaram homens facilmente descartáveis. Segundo André Tosel (2009), há na atualidade uma crescente massa de homens supérfluos como expressão da nova fisionomia adotada pela economia global. Trata-se de uma barbárie interna às sociedades, ditas “civilizadas” que, dentro da dinâmica de acumulação de capital, age sem qualquer interesse ético-político pelo bem comum e, portanto, pode descartar os “indesejados”. Este não é um problema novo. Os autores do *Manifesto do Partido Comunista* já haviam percebido esta barbárie:

cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. (...) A sociedade se encontra subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea (...) Et por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. (...) O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia conter essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas, de outro pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos (Marx e Engels, 1998: 45).

Para Tosel, hoje o mercado mundial está realizado e a burguesia não pode mais integrar, como promete, massas imensas que se tornam cada vez mais supérfluas, descartáveis. As classes subalternas não podem mais ser assimiladas, a barbárie não é mais momentânea, como pensava Marx, mas tende a se tornar regra. O estado de exceção se torna condição de sobrevivência neste que para muitos se tornou um não mundo (Tosel, 2009). Os estudos já citados de Fernandes confirmam esta regra aplicada aos homens supérfluos: a maioria dos crimes cometidos pela polícia aconteceu nos bairros pobres da periferia de São Paulo onde, como contrapartida de uma imensa concentração de riquezas no extremo oposto, as políticas sociais estão ausentes (2011b: 5). O relatório da ONG Justiça Global e do IHRC comprovou que para a maioria dos crimes houve fortes indícios de execução sumária tanto nas mortes registradas como “homicídio com autoria desconhecida”, como nos homicídios praticados por policiais registrados como “resistência seguida de morte” (Justiça Global e IHRC, 2011).

Os casos permaneciam inconclusos e a tranquilidade parecia que ia reinar... não fossem as loucas de Maio, as Mães de Maio que, mesmo ainda sem saber por onde ir, entraram em cena.

Débora Maria, que soube pelo rádio da morte do filho, depois de 40 dias “vegetando” como ela mencionou, sentiu que o filho lhe dizia: “Mãe se levanta! Seja forte!”. E ela saiu, como louca, à procura das outras mães que tinham perdido seus filhos também. “A primeira que eu encontrei foi a Ednalva; depois fomos atrás da Vera e assim por diante, uma atrás da outra” (Mães de Maio, 2011: 25). Eram mães que queriam respostas para as mortes de seus filhos. Num ato inconsciente, sua condição de mães proletárias e subproletárias, as arrastou para a cena política. Sem saber como proceder, por onde ir, começaram a peregrinação em busca de pistas sobre as razões da morte de seus filhos. Como as Madres, não foram atendidas: “ninguém queria saber da nossa dor: delegacias, Ministério Público, vereadores... Ninguém. Corríamos de um lado para outro atrás de explicações: nossos filhos eram trabalhadores e estudantes. Eu sabia que a polícia tinha matado eles, alguém tinha que nos ajudar.” (Mães de Maio, 2011: 25).

A dinâmica de violência institucional em que estavam mergulhadas é a mesma que transforma os problemas sociais em questões de polícia. O Estado que se apresenta como a instância mantenedora do bem comum, é o mesmo que criminaliza a pobreza ao naturalizar a violência que recaía sobre as cabeças daquelas mães. A violência do Estado contra os descartáveis pode ser compreendida como uma política de contrarrevolução preventiva, uma violência política institucional que, sob o argumento de combater o tráfico, se autoriza a implantar um terrorismo de Estado. Segundo Tosel (2009), esta violência “constitui um meio de repolitização repressiva que tende a limitar e neutralizar como violência bárbara qualquer ação de contestação da ordem estabelecida”.

Concordando com as observações de Marilda Yamamoto, estamos diante da reciclagem da “noção de ‘classes perigosas’ – não mais laboriosas –, sujeitas à repressão e extinção” (2004: 18). Como num pêndulo, os problemas sociais ora são objetos de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza”, ora se deslocam totalmente para o outro lado e se tornam “expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão *oficiais*”. Para tratar da questão social, escreve a autora, evoca-se “o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos dos trabalhadores” (Yamamoto, 2004: 19). Tosel (2009) identifica neste processo uma rebarbarização aprofundada pelo neoliberalismo produzindo um duplo efeito: excluir do campo político os subalternos e criminalizar a priori qualquer ação contra a violência institucionalizada do capital.

Esta realidade da repressão do braço coercitivo do Estado era a mais estampada nos argumentos dos agentes do Estado para explicar a morte dos “filhos de maio”. A primeira resposta dada pela polícia, a de que o PCC havia matado aqueles jovens, não fazia sentido para as mães. Não aceitavam aquela explicação

que reduzia a morte à insignificância dada aos que tinham relação com o chamado mundo do crime. Semelhante às análises de Vianna e Farias, aqui também, a luta daquelas mães era uma tentativa desenfreada “de inscrever como importantes no espaço público certas mortes tomadas a priori como desimportantes, como ‘baixas’ de guerra, mobilizando para tanto o que seria o signo máximo da localização social dos corpos como pessoas, sua condição moral e afetiva como filhos de uma mulher” (2011: 104).

Marcadas e, às vezes, impulsionadas pela dor da perda, continuaram a peregrinação. Os momentos pós-morte de seus filhos foram e são traumáticos para estas mães, especialmente porque perderam seus entes de forma tão violenta. Os estudos realizados por Vieira et al (2009) revelam o quanto perdura o quadro de luto que se instaura após o trauma da violência. As mães entrevistadas pela equipe de pesquisadores, “se confessaram debilitadas, vulneráveis e se percebem, muitas vezes, incapazes de gerir as próprias vidas. Afastam-se do trabalho e do convívio social, exacerbam-se sentimentos de perda, abandono, revolta e impotência, que desencadeiam atitudes agressivas, aparecimento ou agravamento de doenças, sendo a hipertensão arterial e a depressão, as mais referidas” (Vieira et. al., 2009: 1175).

No livro *Mães de Maio*: do luto à luta, muitas mães começam seus depoimentos mencionando a dor da saudade, o vazio, a falta de sentido na vida, um “verdadeiro poço sem fim”. Vera de Freitas, mãe de Mateus, por exemplo, diz que “só quem perde um filho sabe o tamanho da dor” (*Mães de Maio*, 2011: 28). Esta dor, expressa no sentimento de que lhe haviam arrancado o direito de ser mãe, era a mesma que as colocava em contato com as outras mães, que as legitimavam para ir à luta e que, ao mesmo tempo, lhes afirmavam a certeza de que deveriam ser ouvidas por alguém. Afinal, falavam de sua dor e de sua indignação como... mães. A este respeito, Vianna e Faria escrevem que, longe “de ser um fato isolado, o acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social.” (Vianna e Faria, 2011: 83).

Na condição de mães que tinham o direito de serem ouvidas, saíram da Baixada Santista e chegaram à capital paulista. Procuraram a Ouvidoria da Polícia, descobriram o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE) e tiveram acesso ao livro *Crimes de Maio*<sup>7</sup>. O contato com este livro

---

<sup>7</sup>O livro foi lançado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo em fevereiro de 2007.

trouxe uma mudança profunda ao grupo de mulheres-mães que se apresentavam até então como pertencentes à Associação de pais e familiares das vítimas. Segundo Débora Maria, “foi então que nos deparamos com uma tamanha lista de mortos daqueles dias... Foi então que começamos a acordar daquele pesadelo” (Mães de Maio, 2011: 26). À semelhança das Madres, descobriram que não eram as únicas a terem seus filhos assassinados. Mais uma vez, como escreveu Benjamin, “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral (Benjamin, 1994: 226). Começaram a compreender os crimes de maio como manifestação de uma violência estrutural contra os dominados, especialmente aquela parcela que compõe o grupo dos seres humanos supérfluos. Saíram da condição de sujeitos individualizados para se tornarem um Sujeito Coletivo: as Mães de Maio. Com dois propósitos. Um específico: “lutar pela verdade, pela memória e por justiça para todas as vítimas da violência contra a população pobre, negra, indígena e contra os movimentos sociais brasileiros, de ontem e de hoje. Verdade e justiça não apenas para os mortos e desaparecidos dos crimes de maio de 2006, mas para todas as vítimas do massacre contínuo que o Estado pratica historicamente no país<sup>8</sup>. Outro mais geral: “nosso objetivo maior é construir, na prática e na luta, uma sociedade realmente justa e livre” (Mães de Maio, 2011: 20).

Da indignação, do vazio e do sofrimento causado pela perda, as Mães de Maio se ergueram, se politizaram. Como as Madres de Plaza de Maio, também foram paridas por seus filhos. As Mães de Maio agora lutam por uma sociedade em que nenhuma outra mãe tenha de passar pela mesma dor do luto.

## **Bibliografia**

- ACQUAVIVA, Graziela, ISOLDI, Isaura (2002). Vidas nuas, mortes banais: nova pauta de trabalho para os assistentes sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 70, São Paulo.
- BENJAMIN, Walter (1994). O conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- OUSQUET, Jean-Pierre (1983). *Las locas de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid.

---

<sup>8</sup>No momento em que este texto é escrito, outro livro é lançado. Neste, as Mães de Maio se apresentam como Mães do cárcere. Denunciam tanto o que chamam de genocídio do Estado brasileiro como o encarceramento em massa produzido por esta mesma instituição como forma de conter os problemas sociais e também criminalizar os movimentos sociais. A este respeito ver Mães de Maio (2012).

- DANGY, Tatiana (2006). *Maternité et politique* : la place et le rôle du mouvement des Mères de la Place de Mai dans la démocratisation de l'argentine, 1976-2006. TCC (Institut d'Etudes Politiques de Toulouse) Université de Toulouse.
- FERNANDES, Franciele Gomes (2011a). *Barbárie e Direitos Humanos*: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados de maio de 2006 em São Paulo. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) São Paulo: PUC.
- \_\_\_\_\_ (2011b). Ética e direitos humanos: as execuções sumárias em São Paulo – maio de 2006. In: *Anais do V Jornada Internacional de Políticas Públicas*: Estado, desenvolvimento e crise do capital. São Luís: UFMA.
- FOLHA DE S. PAULO (2006). Entrevista / Cláudio Lembo. São Paulo, 31 de dezembro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3112200624.htm>>.
- GORINI, Ulises (2006). *La rebelión de las Madres*. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. vol. 1. (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.
- IAMAMOTO, Marilda (2004). As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. Conferência inaugural do *XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*: la cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 12 de julho (mimeo). Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>>.
- JUSTIÇA GLOBAL e INTERNACIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC (2011). *São Paulo sob acharque*: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. São Paulo.
- MADRES Y ABUELAS DE PLAZA DE MAYO (2007). La historia de las Madres de Plaza de Mayo: érase una vez catorce mujeres. *Lavaca*. Disponível em: <http://lavaca.org/notas/la-historia-de-las-madres-de-plaza-de-mayo-erases-una-vez-catorce-mujeres/>>.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*, Asociación Madres de Plaza de Mayo: Buenos Aires.
- MÃES DE MAIO (2012). *Mães de Maio*: Mães do cárcere – a periferia grita. São Paulo: Nós por nós.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Do luto à luta*: Mães de Maio. São Paulo: Nós por nós.
- MARTIN, Alfredo (1988). *Les mères "folles" de la place de Mai*. Paris: Renaudot&Cie.
- MARX, Karl (2008). As lutas de classes na França. In: *A revolução antes da revolução*. v. II. col. Assim lutam os povos. São Paulo: Expressão Popular.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy (1992). A razão das loucas. In: *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense.
- PONZIO, Maria Fernanda Garbero de Aragão (2010). A voz dos lenços brancos: o corpo testemunhal das Madres de Plaza de Mayo. *Cadernos Neolatinos*, n. 7, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2009). (Re)escrevendo a memória: a poesia das Madres de Plaza de Mayo. *Cadernos do CNLP*, v. XII, n. 15, Rio de Janeiro.
- TOSEL, André (2009). Barbarie et choc des civilisations. *Lafauteadiderot.net*. Disponível em: < <http://www.lafauteadiderot.net/Barbarie-et-choc-des-civilisations>>.
- VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, Campinas.
- VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al. (2009). Impacto da violência na saúde de famílias em Fortaleza, Ceará. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 5, Rio de Janeiro.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo (2011). *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.